

Memória da VIII Reunião da Comissão Tripartite Nacional

Data: 09 de dezembro de 2004

Horário: 14 horas

Local: Ministério do Meio Ambiente, Edifício Sede - Brasília/DF
Sala Multimídia de Reuniões do 5º Andar

Participantes: Pela ABEMA: Alexandrina Sobreira de Moura (Presidente) e Romeu Aldigueri de Arruda Coelho (SEMACE/CE).

Pela ANAMMA: Elizete S. Siqueira (Presidente), Valtermir Bruno Goldmeier (FAMURS/RS) e Elizângela Rodrigues Sousa (Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo).

Pelo IBAMA: Nilvo Alves da Silva (Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental).

Pelo MMA: Cláudio Langone (Secretário Executivo do MMA), Vitor Zular Zveibil (Secretário de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos), Nilo Sérgio de Melo Diniz (Diretor da Secretaria Executiva do CONAMA), Marley Caetano de Mendonça (Secretaria de Recursos Hídricos), Volney Zanardi Jr. (Diretor do Departamento de Articulação Institucional – DAI), Virgínia Muzell (DAI), Eugênio Spengler (DAI), Lúcia Regina de Oliveira (DAI), André Valter Feil (DAI) e Evandro Mateus Moretto (DAI).

Pauta:

1. Abertura;
2. Apresentação e discussão do documento sobre Tipologia de Impacto Local;
3. Apresentação e discussão do documento com sugestões para o regulamento das Comissões Técnicas Tripartites Estaduais;
4. Apresentação e discussão do documento com as diretrizes do Programa Nacional de Capacitação de Gestores municipais, conselheiros municipais de meio ambiente e técnicos das Câmaras Municipais de Vereadores;
5. Criação do Grupo de Trabalho para acompanhar a regulamentação do artigo 23;
6. Agenda ambiental do CONAMA;
7. Encaminhamentos do Seminário “Rumos do Licenciamento”;
8. Apresentação da Portaria de criação do Comitê Gestor do SINIMA;
9. Relato do processo de implementação das Comissões Técnicas Tripartites Estaduais;
10. Assuntos gerais.

1. Abertura

A Reunião foi aberta pelo Secretário Executivo Cláudio Langone, submetendo a pauta à aprovação.

De início o Secretário Executivo ressaltou a importância da participação da Conferência Nacional dos Municípios nas Tripartites.

Aprovada à pauta passou-se à discussão do 1º ponto.

2. Apresentação e discussão do documento sobre Tipologia de Impacto Local

O representante do MMA, Eugênio Spengler, apresentou a proposta do MMA para a discussão do conceito de Tipologia de Impacto Local, enfatizando que a mesma foi construída com base na Resolução CONAMA 237/97 e que considera a magnitude de impacto para o estabelecimento da competência, e não a titularidade do bem afetado.

Rodada de Discussão:

O representante da ANAMMA, Valdemir B. Goldmeier, apresentou que o Rio Grande do Sul realizou um seminário de avaliação da gestão ambiental do estado nos últimos anos, onde foi revelado que 60% dos licenciamentos ambientais que o estado faz é de pequeno e mínimo porte, e que apenas 92 municípios do estado estão licenciando. Enfatizou que é necessário construir uma forma de financiamento para a gestão ambiental do município. Aproveitou ainda para informar que a Confederação Nacional dos Municípios-CNM lançou um guia de orientação aos novos prefeitos sobre a necessidade de se inserir a dimensão ambiental na gestão pública (disponível no site da CNM).

A Presidente da ABEMA, Alexandrina Sobreira de Moura, chamou a atenção para o fato de que o excesso de requisitos para a implementação da gestão ambiental municipal pode dificultar a sua viabilidade, principalmente tomando-se como exemplo os municípios com nenhuma estrutura para a gestão ambiental. Sugeriu a busca de um nível médio de exigência que considere a realidade de todo o país. Aproveitou ainda para convidar a CNM para participar da reunião dos novos prefeitos em Pernambuco.

A Presidente da ANAMMA, Elizete Siqueira, apresentou que os melhores instrumentos para que o município incorpore a gestão ambiental são os instrumentos de gestão urbana, como o alvará, por exemplo.

Após as discussões, as alterações sugeridas pelos participantes foram incorporadas ao documento, o qual foi aceito como consenso pela Comissão Técnica Tripartite Nacional (Ver documento de Tipologia de Impactos Locais). O referido documento será encaminhado como proposta de discussão a todas as comissões tripartites.

3. Apresentação e discussão da proposta de Regulamento das Comissões Técnicas Tripartites Estaduais

O representante do MMA, Eugênio Spengler, apresentou a proposta do MMA para o Regulamento das Comissões Técnicas Tripartites Estaduais.

Após uma breve rodada de discussões, as alterações sugeridas pelos participantes foram incorporadas ao documento, o qual foi aceito como consenso pela Comissão Técnica

Tripartite Nacional (Ver documento com a Proposta de Regulamento para as Comissões Técnicas Tripartites Estaduais).

Ficou encaminhado que a Comissão Técnica Tripartite Nacional encaminhará o documento para discussão nas Comissões Técnicas Tripartites Estaduais.

4. Apresentação e discussão do documento com as diretrizes do Programa Nacional de Capacitação de Gestores Municipais, conselheiros municipais de meio ambiente e técnicos das Câmaras Municipais de Vereadores

A representante do MMA, Virgínia Muzell, apresentou a proposta construída pelo Grupo de Trabalho da Comissão Tripartite Nacional para o Programa Nacional de Capacitação de gestores municipais, conselheiros municipais e técnicos das Câmaras Municipais de Vereadores.

O representante da ANAMMA, Valtemir Bruno Goldmeier, apresentou a importância de que grande parte do universo de municípios a participar do curso sejam aqueles municípios que não possuem qualquer estrutura ambiental.

A Presidente da ABEMA, Alexandrina Sobreira de Moura, questionou sobre qual o tipo de contrapartida dos estados será necessária e foi esclarecido pelos representantes do MMA que não haverá a necessidade de contrapartida estritamente financeira. Apresentou também que o Plano Estadual de Capacitação deverá ser um produto a ser conquistado e não um requisito.

A Presidente da ANAMMA, Elizete Siqueira, enfatizou a necessidade de uma formalização dos governos estaduais e municipais para a participação no programa, no sentido de construir uma política de descentralização, desconcentração e municipalização. Lembrou ainda que o fato do programa ser lançado em março, não significa que ele deve começar a ser implementado imediatamente.

O representante do MMA, Eugênio Spengler, explicou que o Programa não impedirá a integração de dois ou mais estados dentro de uma lógica regionalizada.

O Secretário Executivo do MMA, Cláudio Langone, apresentou que a partir da aprovação das diretrizes gerais, dever-se-á ser montado um programa mais executivo e específico para cada estado. Explicou que algumas instituições já procuraram o MMA com o interesse de estabelecer parceria no programa, como a ABES e o IBAM.

Após a rodada de discussões, as alterações sugeridas pelos participantes foram incorporadas ao documento, o qual foi aceito como consenso pela Comissão Técnica Tripartite Nacional (ver documento com as diretrizes do Programa Nacional de Capacitação de Gestores municipais, conselheiros municipais de meio ambiente e técnicos das Câmaras Municipais de Vereadores).

Ficou acordado que um próximo passo será a articulação com entidades como ABES e IBAM, em conjunto com ABEMA e ANAMMA, para estabelecer parcerias.

5. Criação do Grupo de Trabalho para acompanhar a regulamentação do Artigo 23

O Diretor do DAI/MMA, Volney Zanardi Jr., explicou que o objetivo deste grupo de trabalho é o de compor uma proposta de regulamentação do Art. 23.

A criação do Grupo de Trabalho ficou acordada entre todos os participantes. Ficou definido que o mesmo irá reunir-se no início do ano e apresentará uma primeira proposta na primeira reunião da Comissão Tripartite Nacional de 2005, em março.

Para tanto, o MMA, ABEMA e ANAMMA irão indicar, até o fim de dezembro de 2004, duas pessoas para participarem do GT.

6. Agenda ambiental do CONAMA

O Diretor da Secretaria Executiva do CONAMA, Nilo Sérgio de Melo Diniz, apresentou a Agenda do Nacional de Meio Ambiente como uma proposta para os trabalhos do CONAMA em 2005 e 2006, a qual será submetida a uma consulta nacional. A apresentação versou, principalmente, sobre o Regimento Interno do CONAMA e as Deliberações da Conferência Nacional do Meio Ambiente (ver documento com a Agenda Ambiental para o CONAMA).

Após uma breve rodada de discussões, ficou decidido que os representantes da Secretaria Executiva do CONAMA (Nilo Diniz), da ABEMA (Alexandrina Sobreira de Moura) e da ANAMMA (Elizete Siqueira) irão reunir-se para tratar do assunto durante a plenária do CONAMA dos dias 14 e 15 de dezembro.

7. Encaminhamentos do Seminário “Rumos do Licenciamento”

O Diretor do DAÍ/MMA, Volney Zanardi, procedeu o batimento da agenda estabelecida no Seminário Rumos do Licenciamento com o objetivo de propiciar uma avaliação dos encaminhamentos realizados e daqueles ainda necessários.

Apresentou que o tema do licenciamento ambiental foi amplamente debatido também no Seminário “Licenciamento, Proteção Ambiental e Desenvolvimento” realizado nos dias 29 e 30 de julho de 2004, e no Seminário “Repartição de Competências, a Regulamentação do Art. 23 da Constituição Federal e o Fortalecimento do Sisnama” realizado nos dias 20 e 21 de outubro de 2004, no Rio de Janeiro.

A avaliação dos encaminhamentos do Seminário “Rumos do Licenciamento” foi feita a partir dos temas de Energia, Assentamentos, Carcinicultura, Saneamento e Compensação Ambiental, assim como apresentado abaixo:

Energia

O MMA apresentou que está em constantes discussões com o Ministério de Minas e Energia sobre o novo modelo do setor elétrico e sobre a criação da Empresa de Pesquisa energética. Além disso, têm sido desprendidos grandes esforços no sentido de tratar adequadamente os passivos do licenciamento no setor de energia, como os licenciamentos da UHE de Barra Grande, Foz de Chapecó e Estreito.

Assentamentos

O MMA informou que o Grupo de Trabalho de Assentamentos, vinculado às Tripartites, reuniu-se pela primeira vez 7 de dezembro de 2004. Foi distribuída a memória da reunião com os respectivos encaminhamentos (Anexo V).

A ABEMA lembrou que é fundamental o envolvimento dos estados na elaboração dos Termos de Ajustamento de Conduta.

Carcinicultura

O MMA apresentou que está construindo uma estratégia de ação para a problemática da carcinicultura, a qual deverá estar concluída até o final de dezembro e que, posteriormente, será apresentada à ABEMA e ANAMMA.

O representante da ABEMA, Romeu Aldigueri de Arruda Coelho, apresentou exemplos de problemas relacionados à temática, principalmente em relação ao conflito de competências entre os órgãos estaduais e o federal.

A Presidente da ABEMA, Alexandrina Sobreira de Moura, declarou que os estados do nordeste estão com a mesma preocupação do MMA sobre a questão e que é necessário definir uma estratégia clara para a questão.

O Diretor de Licenciamento e Qualidade Ambiental do IBAMA, Nilvo Alves da Silva, entende que é necessário definir um enfoque mais claro para a questão, envolvendo todos os estados do Nordeste. Apresentou que o IBAMA tem uma opinião técnica de que apicum e salgado fazem parte do ecossistema de manguezal.

O Secretário Executivo do MMA, Cláudio Langone, informou que o ponto focal do tema, dentro do MMA, é a Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos. Apresentou ainda que há a necessidade de uma pactuação entre o governo federal com os estaduais.

Após a rodada de discussões, ficou decidido que haverá uma reunião com a ABEMA até fevereiro para apresentação da proposta do MMA e para a construção conjunta de uma agenda que leve ao aumento da regularidade e da sustentabilidade da atividade da carcinicultura

Saneamento

O Diretor do DAI/MMA, Volney Zanardi, apresentou que está havendo uma articulação entre o CNRH e o CONAMA no sentido de estabelecer a compatibilização da Outorga de Recursos Hídricos com o Licenciamento Ambiental e que a Secretaria de Qualidade Ambiental nos Assentamentos Humanos/MMA vai realizar um seminário sobre Estação de Tratamento de Esgotos no início do ano de 2005.

Compensação Ambiental

O Diretor do DAI/MMA, Volney Zanardi, apresentou que o MMA e o IBAMA estão trabalhando no estabelecimento de uma metodologia segura e transparente para o cálculo de percentual da compensação e que esta será apresentada à ABEMA e ANAMMA previamente à próxima reunião do GT de Compensação Ambiental do CONAMA.

8. Apresentação da Portaria de criação do Comitê Gestor do SINIMA

O Diretor do DAI/MMA, Volney Zanardi, apresentou a minuta de portaria para a criação do Comitê Gestor do Sistema Nacional de Informações sobre Meio Ambiente com participação direta da ANAMMA e ABEMA, a qual foi apreciada e acordada pelos participantes.

9. Relato do processo de implementação das Comissões Técnicas Tripartites Estaduais

O representante do MMA, Eugênio Spengler, relatou que os estados do Paraná, Pará e Rondônia já estão em processo final de articulação para a indicação dos nomes para a criação das respectivas comissões tripartites estaduais.

No geral, avaliou que o nível de organização e discussão é excelente naquelas comissões já instaladas, e que há um grau de consenso foi elevado. Como aspecto que deve ser melhorado foi citada a necessidade de um melhor fluxo de informação entre as comissões estaduais e a nacional. Em alguns casos, a coordenação tem dificuldade de definir uma agenda

de trabalho e também há casos onde há uma visão de que a comissão possa vir a ser uma instância executiva. Apresentou ainda que há uma proposta de realizar um encontro nacional das tripartites no ano de 2005.

A Presidente da ABEMA, Alexandrina Sobreira de Moura, apresentou uma análise positiva do trabalho das comissões e ressaltou que os pontos que merecem maior atenção são os mesmos apresentados pelo MMA.

A Presidente da ANAMMA, Elizete Siqueira, disse que com a sucessão das prefeituras poderá haver uma quebra dos trabalhos nas comissões estaduais e que, para evitar isso, haverá uma transição na diretoria da ANAMMA. Apresentou também que é necessário que a CNM participe mais ativamente das agendas.

10. Assuntos gerais

A Presidente da ABEMA, Alexandrina Sobreira de Moura, apresentou a Carta do Amazonas, construída no encontro da ABEMA, a qual apresenta uma avaliação da atuação da entidade, os avanços da gestão ambiental e solicitações de estratégias envolvendo a União (ver documento com a Carta do Amazonas).

O representante da ABEMA, Romeu Aldigueri de Arruda Coelho, solicitou o registro de seu descontentamento quanto a não discussão, com os Estados, do Decreto 5.300 de 08 de dezembro de 2004, anteriormente a sua publicação.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada.

Brasília, 10 de dezembro de 2004.